

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Tragédia de Mariana não melhorou leis ambientais	2
Título: Sempre que chove, lama ‘desperta’ nos leitos dos rios	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Uma alternativa para a bacia do rio Doce	4
Título: Um desastre sem fim	6
Título: Bola dentro	7
Título: Doce amargo	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: O País****Autor: ANA LUCIA AZEVEDO****Título: Tragédia de Mariana não melhorou leis ambientais**

Dois anos depois do desastre, nada mudou na fiscalização de barragens, e projetos de lei foram arquivados

O maior desastre ambiental da História do Brasil não foi suficiente para levar a mudanças significativas no licenciamento e na fiscalização de barragens do país. Como a maior parte da lama despejada na Bacia do Rio Doce pelo rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco, em âmbito nacional as coisas continuam como estavam há exatos dois anos, afirma o procurador da República José Adércio Leite Sampaio, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal em Minas Gerais sobre o desastre.

— Qual o cenário hoje? Projetos de lei que aumentavam o rigor foram arquivados. Continuam a faltar critérios objetivos na legislação para que se defina o que é uma barragem segura. Também nada mudou na fiscalização. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) continua com dois técnicos para 400 barragens em Minas. Faziam e fazem fiscalização por amostragem, sobre documentos e relatórios fornecidos pelas empresas. Fiscalização assim é absolutamente cartorial.

É um cenário angustiante — diz. Ele salienta que permanecem os mecanismos que preveem entregar ao empreendedor a autofiscalização de uma barragem. E, diz ele, Minas aprovou uma lei estadual que cria dificuldades para os órgãos licenciadores e dá ao secretário estadual o poder de decidir sobre uma licença, caso os prazos sejam descumpridos. — Mesmo após uma tragédia dessas, a questão ambiental não recebeu a atenção merecida no Brasil — destaca.

De acordo com ele, se o licenciamento e a fiscalização da barragem tivessem sido feitos adequadamente, talvez o desastre não tivesse ocorrido: — Mudaram a concepção da barragem, fizeram puxadinhos geotécnicos com licença para ampliar. A lei que permite isso continua como estava.

Para Carlos Eduardo Ferreira Pinto, diretor da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), o Brasil não aprendeu com o desastre: — A legislação ambiental brasileira ficou como a lama de Mariana. Esse período de dois anos poderia ter servido para criar um novo marco regulatório da mineração. Mas não foi isso o que aconteceu.

A lição da tragédia é que sem controle sobre os riscos, as consequências para a sociedade são maiores que as promessas de benefícios. Germano Vieira, secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas, diz que o estado tem procurado reformular a fiscalização e, por decreto, em maio, proibiu a construção de barragens a montante, como Fundão.

Segundo ele, um projeto de lei de regulamentação de barragens retornará à última comissão de primeiro turno. — A lei terá mais força que o decreto. Mas ainda precisamos de mais. A questão da impunidade é importante. Enquanto houver impunidade haverá problemas. A Justiça também precisa avançar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor:

Título: Sempre que chove, lama ‘desperta’ nos leitos dos rios

Ibama considera ‘satisfatória’ a contenção feita dentro de Fundão

Santa Bárbara guarda uma barragem erguida com o propósito de que jamais seja preciso que entre em operação. Um pequeno oratório em homenagem à santa das tempestades, padroeira dos mineiros, foi construído pelos operários que trabalharam nas obras de contenção de rejeito dentro do complexo da mineradora Samarco. Voltado na direção de Bento Rodrigues, fica às margens de Nova Santarém, a barragem que a Samarco construiu para conter em definitivo a lama dentro de Fundão.

Única etapa totalmente concluída após o desastre, a contenção da lama dentro de Fundão é dada pelo Ibama como satisfatória. O problema permanece em conter quase a mesma quantidade de rejeito espalhada pelos leitos e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, nos cerca de cem quilômetros de Bento Rodrigues até a Hidroelétrica Risoleta Neves (Candonga). É esse rejeito, estimados dez milhões de metros cúbicos, que continua a ser fonte de problemas para a Bacia do Rio Doce até a foz, em Regência, no Espírito Santo.

— Há áreas em que a natureza tenta voltar, e a lama não deixa. O evento não está controlado. Anualmente, com a estação chuvosa, de novembro a abril, a lama desperta. Em 2016 e 2017 choveu pouco, o que somado a intervenções ajudou a melhorar a água. Até que o rejeito não seja controlado, seja por remoção ou estabilização, será uma fonte de alterações da água. Com as chuvas, a lama volta a alterar a turbidez e o nível de sedimento dos rios — destaca Marcelo Belisário, superintendente do Ibama em Minas Gerais.

O trecho crítico não tem solução imediata. Cerca de cem pequenos rios tributários soterrados no desastre também recebem intervenções, com diferentes níveis de êxito. A líder de manejo de rejeitos da Fundação Renova, Juliana Bedoya, encarregada do trabalho, espera concluir a maior parte em cinco anos. A diretora de Desenvolvimento Institucional da Renova, Andrea Azevedo, é mais otimista e estima o prazo em três anos. Na maioria dos trechos, o rejeito será incorporado ao solo das margens ou deixado no leito dos rios.

E se espera que vegetação plantada ou nativa, que voltou por conta própria, o mantenha longe da água. A mesma função têm barreiras de pedras e galhos nas margens. Porém, em alguns pontos, o leito dos rios foi tão alterado que a única solução é remover a lama, que neles chega a alcançar cerca de três metros de espessura sob a água. — Temos um desastre de escala sem precedentes, o maior derrame do tipo no mundo. Há muitas ações em curso, muito trabalho sendo feito. Mas não existe ilusão, custará muitos anos e dinheiro — salienta Belisário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências/Debates

Autor: Roberto Waak

Título: Uma alternativa para a bacia do rio Doce

O ASSUNTO É - Dois anos da tragédia em Mariana

O dia 5 de novembro de 2015 está marcado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Considerado um dos maiores desastres ambientais do mundo, é também um drama social de escala impensável. É impossível imaginar o impacto na vida da população afetada. Passados dois anos, ainda não é factível estimar com segurança a extensão dos danos. E, principalmente, não há como contrapor a indignação das comunidades atingidas. Há muito a ser feito. Mas também muito sendo realizado. A criação de uma entidade autônoma, a Fundação Renova, estruturada há pouco mais de um ano para executar ações de reparação e compensação, foi a alternativa escolhida por um grupo de organizações signatárias de um Termo de Ajustamento de Conduta.

A judicialização do caso foi evitada, mitigando o risco de ações de recuperação serem postergadas sabe-se lá por quanto tempo. A Fundação Renova é dependente de um sistema de administração que reúne dezenas de entidades, centenas de profissionais e é responsável por orientar e monitorar suas atividades. Conta com representantes da União, Estados e municípios, além do Comitê de Bacia do Rio Doce e órgãos de proteção das comunidades. Todos estão agrupados numa instituição chamada Comitê Interfederativo — composto por Câmaras Técnicas, com diversas especializações—, que tem se

reunido mensalmente desde sua implementação. O sistema conta com ouvidoria, auditorias técnico-financeiras, assistência técnica às comunidades e procedimentos de arbitragem para divergências.

Por fim, é acompanhado de forma independente nas atividades técnico-científicas por uma das principais organizações ambientais do mundo, a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza). O modelo está funcionando, o que é surpreendente para muitos. Em nenhum momento algo com essa dimensão foi desenvolvido para cuidar de um desastre no Brasil. Tem suas falhas, sim, e requer aprimoramento contínuo. Infelizmente, a história tem mostrado que situações com essa gravidade têm sido objeto de ações emergenciais, sem governança, em que os recursos acabam sendo mal utilizados. Este sistema depende da construção de relações de confiança, mas parte de um passivo imenso nesse relacionamento.

A tragédia ainda está presente em muitas situações. Mesmo assim, há forte engajamento de pessoas e comunidades atingidas com o desenho e implementação de programas. A lama que restou na barragem está estabilizada. Os terrenos para as vilas foram adquiridos, os preparativos para as obras estão prontos, e o prazo de entrega está mantido. As indenizações estão em curso, movimentando centenas de milhões de reais. Um sistema de monitoramento da qualidade da água faz do rio Doce hoje o mais monitorado do país. Estações de tratamento de água e captações foram reformadas, assegurando água potável em toda a extensão do rio.

Fundos para retomada das atividades econômicas foram lançados. É preciso conciliar ações urgentes com iniciativas de longo prazo orientadas para um rio Doce mais equilibrado. Uma transformação cuja legitimidade depende da garantia de que a sociedade —representada pelas comunidades, academia, ONGs, empresas e órgãos públicos terá um papel central na indicação de diretrizes e no monitoramento das medidas executadas. Ainda surgem dúvidas e críticas sobre o modelo de governança escolhido. Faz parte do contexto democrático desse sistema conviver com isso. O modelo deve tirar o melhor das ambiguidades e dilemas com que se depara. Parte do princípio de que não há soluções prontas para a maioria dos desafios que enfrenta. Necessita conviver com as críticas de que ainda não tem as respostas para muitas situações. Vai cometer erros e ser duramente censurado por isso.

Não sobrevive se não for transparente. Essa empreitada depende, acima de tudo, do empenho de profissionais e instituições com excelência técnica, comprometimento com a causa, abertura permanente ao diálogo e fortíssima resiliência. Sem a menor dúvida, é o caso das centenas de pessoas que estão envolvidas com a construção desse esforço inédito.

ROBERTO WAACK é biólogo, administrador e presidente da Fundação Renova, com extenso currículo na área de sustentabilidade e longo relacionamento com organizações como WWF Brasil, Global Reporting Initiative (GRI), Forest Stewardship Council (FSC), Ethos e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências/Debates

Autor: Natasha Schmitt, Caccia Salinas e Paulo Augusto Franco

Título: Um desastre sem fim

O ASSUNTO É - DOIS ANOS DA TRAGÉDIA EM MARIANA

Em 5 de novembro de 2015, a barragem do Fundão, controlada pela empresa Samarco, rompeu, provocando a liberação de milhões de metros cúbicos de rejeitos no vale do Rio Doce. O evento, reconhecido como o maior desastre socioambiental brasileiro, impactou a vida de indivíduos e grupos sociais localizados ao longo do trajeto da lama. Naquele momento, a sociedade brasileira se viu perplexa e mergulhada num mar de desconhecimento sobre as causas e os impactos do desastre. Percebeu-se, então, despreparada para reagir a ele de forma segura, ágil e planejada. Isso deixou um lastro de dúvidas e disputas sobre os modelos de desenvolvimento praticados no Brasil.

Dois anos após o rompimento da barragem, os danos socioeconômicos e ambientais permanecem não mensurados e incompreendidos, produzindo tensões entre os principais atores envolvidos. O exemplo de Mariana revela a necessidade de uma política de gestão de desastres que garanta efetiva participação das comunidades direta e indiretamente afetadas. É preciso também que se confira ao Estado papel mais importante na implementação dessa política, tal como o ocorrido no emblemático caso do acidente da British Petroleum no Golfo do México em 2010. Pouco depois do desastre, o governo brasileiro celebrou acordo com a Samarco obrigando-a a transferir recursos a uma entidade — a Fundação Renova — para desenhar e executar ações de reparação e compensação ambiental.

Cabe à Renova, por exemplo, indenizar os indivíduos que perderam suas moradias e bens no desastre. A Fundação Renova foi fundada e é mantida pela Samarco. Embora suas ações estejam sob a supervisão de um comitê instituído pelo poder público, esta entidade possui inegável autonomia na gestão dos danos provocados pelo desastre. No limite, havendo discordância entre a fundação, os atingidos e o Estado sobre o melhor curso a ser adotado em uma ação reparatória, a Renova não está obrigada a agir e, portanto, gastar os recursos de sua mantenedora, até que o Poder Judiciário dê a palavra final. E,

enquanto pendente a manifestação da Justiça, o Estado e a população atingida não disporão de meios para forçar a Renova a agir.

Em um cenário de potenciais conflitos e assimetria de informações entre empresa, fundação, Estado e atingidos, chama a atenção o fato de que ainda sejam falhos os mecanismos de gestão do desastre. Isso deixa questões abertas e urgentes como, por exemplo, a reestruturação das economias localizadas no rio Doce e também a própria reconstrução das estruturas físicas e sociais afetadas, como é o caso da comunidade de Bento Rodrigues. O caso de Mariana faz repensar as estruturas de governança do modelo de desenvolvimento econômico que seguimos. Expõe, também, os limites e inconsistências nos projetos de Estado, sociedade e desenvolvimento que sustentamos.

NATASHA SCHMITT, CACCIA SALINAS e PAULO AUGUSTO FRANCO são professores da FGV Direito Rio e coautores do livro “Depois da Lama: Mariana e as Consequências de um Desastre Construído”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniela Lima

Título: Bola dentro

Painel

O governo tem grandes chances de aprovar a privatização da Eletrobras, segundo pesquisa do Instituto FSB. O levantamento aponta que 55,4% dos parlamentares são a favor de que a iniciativa privada assuma a gestão da estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: MARCELO LEITE - ENVIADO ESPECIAL AO RIO DOCE (MG/ES)

Título: Doce amargo

Dois anos após tragédia de Mariana (MG), desafio de reparação social se tornou maior que o processo de recuperação dos estragos causados ao ambiente

A tragédia de Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015, desencadeou também uma avalanche de desinformação. Declarou-se a morte de um rio, o Doce, que já era defunto há muito tempo.

Com 19 mortos e 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineradora

Samarco derramados, o rompimento da barragem de Fundão teve de início mais destaque como desastre ambiental do que social.

Não à toa: o volume de lama já foi comparado ao Corcovado do Rio. Correu o mundo como maior desastre ecológico da mineração mundial. Dois anos depois, de certo modo a imagem se inverte.

“A natureza está se recompondo muito mais rápido do que se esperava”, comemora Roberto Waack, presidente da Fundação Renova (entidade independente criada para consertar o estrago). “A questão social é infinitamente maior que a ambiental.”

Quem circula pelos 670 km de cursos d’água entre Bento Rodrigues (distrito de Mariana) e Regência (ES), na foz do Doce, ouve muitas reclamações contra a Renova. A maioria se refere a indenizações, raramente ao rio. A fundação terá pelo menos R\$ 11 bilhões até 2030 para recuperar a bacia e compensar os atingidos. De agosto de 2016, quando entrou em funcionamento, até outubro deste ano, aplicou R\$ 1,8 bilhão.

Desse valor, R\$ 500 milhões (28%) se destinaram a indenizações e antecipações por danos sofridos, cujo pagamento só será concluído em 2018. O total desses itens deve alcançar entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,5 bilhão. O processo caminha de modo lento e conturbado. Há 220 mil pessoas em consideração nos 39 municípios de dois Estados, dezenas de instituições envolvidas e muita burocracia para comprovar rendas e prejuízos.

Em 15 meses, a Renova fez 1.715 reuniões, com 53 mil participantes. Foram distribuídos 8.274 cartões de auxílio financeiro, no valor de um salário mínimo mensal. Há 362 famílias por reassentar nas vilas afetadas, Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. “Esse cartão para mim não faz diferença nenhuma”, resse-nte-se Joubert Macario de Castro, 42. Dono da Mercearia do Betinho em Gesteira, ao lado da capela de Nossa Senhora da Conceição, ele afirma que tinha renda de R\$ 5.000 a R\$ 6.000. Com três dependentes, diz que só acumula dívidas. Mostra a paredinha ladrilhada que já foi seu balcão, hoje cercada de lama seca e mato. Reclama que a Renova não dá atenção para casos individuais.

NÃO É REJEITO

Bem mais rápido andou a recuperação dos córregos próximos do local do desastre. Nos primeiros meses, ainda antes da Renova, a Samarco trabalhou no reforço das estruturas remanescentes da mineração e na reabertura dos acesso às vilas e propriedades. No entanto, a maior parte dos rejeitos — uma mistura de areia e lodo contendo ferro e manganês — se espalhava pelas calhas e margens dos rios. No Gualaxo do Norte, que banhava Bento, Paracatu e

Gesteira, a onda de lama chegou a subir 6 km contra a corrente e a galgar até 50 m pelas encostas. Depois refluíu e tomou o rumo do rio Carmo para despejar-se no Doce.

O agrônomo Thomás Ferreira, 36, lidera o setor de Operações Agroflorestais da Renova. Sua equipe já concluiu a reconformação das margens de 101 tributários do Doce. Esses rios menores abasteciam a população, pois ninguém se arriscava a beber do rio principal, poluído por esgotos. Foram poucos os locais onde se retirou a camada de rejeitos. Em geral, a Renova limitou-se a reforçar os barrancos para conter a erosão. Nas margens, a opção foi um processo de regeneração com auxílio de biomantas, malhas biodegradáveis para evitar que a chuva levasse embora o solo e as sementes de gramíneas e leguminosas.

“Não é mais rejeito”, afirma Ferreira. “[O solo] foi formado por rejeito, mas já virou outra coisa, tem fluxo de matéria orgânica. O vant [drone] mostrou mato com 2,5 m de altura em cima de rejeito.”

A Renova tem por meta restaurar matas em 470 km² na bacia do Doce. Até outubro fez 30 km² de plantio emergencial. Cercou e iniciou o reflorestamento de 511 das 5.000 nascentes que planeja recuperar. A restauração florestal exigirá 30 milhões de mudas, que começaram a ser produzidas no Instituto Terra, do fotógrafo Sebastião Salgado, em Aimorés (MG). Neste mês começam a ser plantadas as primeiras 306 mil.

BANCO DE AREIA

A Renova conta com um orçamento de R\$ 500 milhões para financiar prefeituras na construção de redes de coleta de esgotos e na reforma de estações de tratamento de água. Foram instaladas 22 estações automatizadas para monitorar a qualidade da água na bacia do Doce, e há 92 pontos de coleta manual. Até agora não surgiram evidências de que estejam fora dos padrões legais —com exceção da turbidez, que os ultrapassa após chuvas torrenciais.

Isso não quer dizer que já se possa dar o Doce por ressuscitado. Em Colatina (ES), a 130 km da foz, há locais em que se pode atravessar o rio a pé, com o tanto de areia a assoreá-lo após séculos de pecuária intensiva e erosão. Roberto Carlos de Sousa caminha pelo banco de areia, perto da ponte Florentino Ávidos. Até as fundações dos pilares estão para fora da água rasa. O pescador eventual diz que naquela altura do rio não morreram peixes por causa da lama. Como prova, mostra o garrafão com peixinhos que usa como isca para douradas.

Não sabe dizer se a pesca foi ou não proibida ali (está liberada), nem se há risco de contaminação, por conta dos esgotos. “Na realidade, ninguém fala nada.”

MME / ASCOM .